



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Controladoria e Ouvidoria
Geral do Estado*

XXVI Fórum Permanente de Controle
Interno

Controle Interno Preventivo

Setembro/2012

Diretriz Governamental – GESTÃO

Buscar excelência na administração pública, por meio de métodos, técnicas e processos inovadores de gestão, fortalecendo a governança democrática e transparente e favorecendo o desenvolvimento humano com sustentabilidade.

Diretriz Governamental – GESTÃO

- Eixo – Governo Participativo, Ético e Competente
- Diretriz – Gestão Democrática, Transparente e orientada para Resultados
- Ação – Buscar a padronização dos fluxos de processos comuns a todas as secretarias, simplificando-os e deburocratizando-os.

MISSÃO CGE

Zelar pela qualidade e regularidade na administração dos recursos públicos e pela participação da sociedade na gestão das políticas públicas, contribuindo para o bem-estar da sociedade cearense.

Competências Institucionais – CGE

Lei Estadual nº14.306/09 – Art.15-A

XVI - avaliar e fiscalizar os contratos, convênios e outros instrumentos congêneres de receita e despesa celebrados pelos Órgãos, Entidades e Fundos estaduais, exercendo inclusive o controle da consistência dos registros nos sistemas operacionais;

Controle Interno Preventivo – Conceito

- Moderna técnica de controle, voltada para a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, de modo a otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais;
- Consiste no mapeamento, validação, implantação e monitoramento de processos, com foco na gestão de riscos.

Controle Interno Preventivo – Justificativa

- Proporcionar maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais;
- Reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos e a eficácia na disponibilização de bens e serviços;
- Assegurar a conformidade legal dos atos administrativos;
- Identificar e disseminar boas práticas de gestão.

Controle Interno Preventivo – Metodologia

- Mapeamento de processos organizacionais críticos;
- Validação destes processos, mediante identificação de riscos e estabelecimento de pontos de controle;
- Monitoramento da execução dos processos mapeados e validados (controle formal);
- Fiscalização da execução das ações governamentais (controle finalístico).

Controle Interno Preventivo – Escopo Inicial

- Processo de contratos, convênios e instrumentos congêneres, priorizando os órgãos e entidades estaduais que concentram cerca de 90% dos instrumentos.

Controle Interno Preventivo – Público-Alvo

- Direto: Gestores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual
- Indireto: Beneficiários de transferências de recursos e cidadãos usuários dos bens e serviços ofertados pelo Estado

Resultados Esperados

- Níveis satisfatórios de aderência aos pontos de controle preventivos implantados;
- Alcance dos objetivos e metas planejados;
- Mitigação dos riscos que afetam negativamente o processo de gestão;
- Disseminação de boas práticas observadas;
- Eficiência no uso de recursos;
- Eficácia na disponibilização de bens e serviços;
- Conformidade legal dos atos administrativos.

Indicadores

- Recomendações Reincidentes de Auditoria (%)
- Inadimplência Financeira de Convênios de Despesa e Congêneres (%)

Projetos Vinculados

- Capacitação em mapeamento e modelagem de processos, sistema gerencial de controle e auditoria governamental com foco em riscos;
- Seleção e contratação de analistas de controle interno;
- Desenvolvimento de ferramenta tecnológica;
- Definição da estrutura necessária à fiscalização;
- Revisão da legislação vigente.

Ações Realizadas

- Capacitação de cerca de 200 servidores estaduais em mapeamento de processos, sistema gerencial de controle e auditoria governamental com foco em risco;
- Capacitação de 22 formadores e 25 multiplicadores em gestão de convênios;
- Mapeamento e validação dos macroprocessos de aquisições (contratos) e de transferência de recursos (convênios e congêneres);
- Elaboração de Proposta de Emenda Constitucional, Projeto de Lei Ordinária e de Revisão da LDO.

Ações Realizadas

- Detalhamento dos processos e atividades do macroprocesso de convênios e congêneres;
- Definição dos requisitos, regras de negócio e casos de uso do macroprocesso de convênios e congêneres;
- Início do desenvolvimento da ferramenta tecnológica que dará suporte à execução e monitoramento dos processos de contratos, convênios e congêneres;
- Diagnóstico situacional do processo, a partir da definição de constructos e aplicação de questionários, contemplando variáveis relativas a recursos humanos e materiais.

Ações Futuras

- Dimensionamento do quadro de Analistas de Controle Interno;
- Criação de funções comissionadas de Analistas de Controle Interno para atuar no controle preventivo formal descentralizado;
- Seleção pública interna dos Analistas de Controle Interno;

Ações Futuras

- Conclusão e implantação da ferramenta tecnológica que dará suporte à execução e monitoramento dos processos de contratos, convênios e congêneres;
- Definição da Estrutura de Fiscalização (Controle Finalístico);
- Adequação da estrutura organizacional da CGE.

GRUPO DE TRABALHO DE ANÁLISE E MODELAGEM DO PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES – GTCC

CGE

- Silvia Helena Correia Vidal
- Marcelo de Sousa Monteiro
- Antônio Marconi Lemos da Silva
- Kelly Cristina de Oliveira Barbosa
- Alberto Sullivan de Araújo Estrela

SEPLAG

- Ricardo Ribeiro Santos
- Carmen Silvia de Castro Cavalcante
- Naiana Corrêa Lima
- Regis de Albuquerque Silva
- Valdir Augusto da Silva
- Francisco Ailson Alves Severo Filho

PGE

- Tarso Pinheiro Borges
- Vicente Martins Prata Braga
- Rita de Cassia Hollanda Matos

SEFAZ

- Jurandir Gurgel Gondim Filho
- José Tupinambá Cavalcante de Almeida
- Roger da Fonseca Mendes
- Saulo Moreira Braga

ETICE

- Cícero Gustavo Duarte Rodrigues